

SUMÁRIO

Prefácio – José Carlos Barbosa Moreira	11
Apresentação	15
1. Jurisdição	21
1.1. Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	21
1.1.1. Jurisdição voluntária	22
1.1.2. Jurisdição voluntária e coisa julgada	29
1.2. Princípio da indeclinabilidade	32
1.2.1. Restrições ao poder geral de cautela	33
1.2.2. Ação rescisória e a exigência da caução aos hipossuficientes	39
1.2.3. Decisão judicial que impede o exercício do direito de ação	41
1.3. Competência	43
1.3.1. Critérios determinantes da competência	45
1.3.2. Incompetência absoluta e relativa	46
1.3.3. Foro de eleição – contrato de adesão	48
1.3.4. Competência da vara regional – competência funcional	54
1.3.5. Foro da residência da mulher (art. 100, I, CPC)	55
1.3.6. Foro do domicílio ou da residência do alimentando (art. 100, II, CPC)	58
1.3.7. Foro do domicílio do consumidor	63
1.3.8. Competência do Juizado Especial Cível – competência concorrente	65
1.3.9. União estável	70
1.3.10. Competência para as ações de guarda, diante do art. 148 da Lei 8.069/90	73
1.3.11. Prevenção: dois critérios determinantes (arts. 106 e 219, CPC)	78
1.3.12. Dano moral e competência da Justiça do Trabalho	82
1.3.13. Competência. Participação de Estado-membro	87
1.3.14. Ação civil pública. Competência	90
2. Ação	93
2.1. Elementos da ação	93
2.1.1. A causa de pedir	94

2.2. Perempção, litispendência e coisa julgada	97
2.2.1. Perempção	98
2.2.2. Litispendência	103
2.2.3. Coisa julgada	117
2.2.3.1. Efeitos da coisa julgada	122
2.2.3.2. Limites objetivos da coisa julgada	131
2.2.3.3. Limites subjetivos da coisa julgada	133
2.3. Conexão	138
2.3.1. Conexão entre ação de conhecimento e ação de execução	143
2.4. Condições da ação	146
2.4.1. Possibilidade jurídica e interesse processual	147
2.4.2. Condições da ação – questão de ordem pública	154
3. Processo	157
3.1. Aplicação da lei processual no tempo	161
3.1.1. Princípio da vigência imediata da lei processual e a Lei 8.009/90	164
3.2. Validade dos atos processuais	166
3.2.1. Momento para a verificação do vício	172
3.3. Sujeitos da relação processual	177
3.3.1. Litisconsórcio	178
3.3.1.1. Litisconsórcio facultativo ou necessário	181
3.3.1.2. Litisconsórcio comum ou unitário	201
3.3.1.3. Litisconsortes com procuradores distintos (art. 191, CPC)	205
3.3.2. Sucessão processual	209
3.3.3. Intervenção de terceiro	213
3.3.3.1. Assistência	217
3.3.3.1.1. Assistência simples ou adesiva	229
3.3.3.1.2. Assistência litisconsorcial	236
3.3.3.2. Oposição	254
3.3.3.3. Nomeação à autoria	265
3.3.3.4. Denúnciação da lide	275
3.3.3.4.1. As hipóteses de cabimento da denúnciação da lide e o sentido da sua obrigatoriedade	291
3.3.3.4.1.1. <i>A hipótese do inciso I</i>	294
3.3.3.4.1.2. <i>A hipótese do inciso II</i>	299
3.3.3.4.1.3. <i>A hipótese do inciso III</i>	302
3.3.3.4.1.3.1. <i>Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo</i>	312
3.3.3.4.2. Procedimento da denúnciação da lide	321
3.3.3.4.2.1. <i>Denúnciação sucessiva</i>	322
3.3.3.4.2.2. <i>Existência ou não de litisconsórcio</i>	325
3.3.3.4.2.3. <i>Natureza da sentença</i>	331
3.3.3.4.2.4. <i>Impugnação recursal</i>	335
3.3.3.4.2.5. <i>Ônus da sucumbência</i>	345

3.3.3.5. Chamamento ao processo	348
3.3.3.5.1. A hipótese do inciso I	354
3.3.3.5.2. A hipótese do inciso II	357
3.3.3.5.3. A hipótese do inciso III	358
3.3.3.5.4. Chamamento ao processo e o rito sumário	361
3.3.3.5.5. Procedimento	365
3.3.3.6. Recurso de terceiro prejudicado	367
Bibliografia	373
Índice de abreviaturas	377
Índice remissivo	379